

SEÇÃO TEMÁTICA:
CAPITALISMO, ESTADO E EDUCAÇÃO:
OS LIMITES DO CAPITAL



Teoria e Educação nos Limites do Capital

Maria Ciavatta¹

¹Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ – Brasil

RESUMO – Teoria e Educação nos Limites do Capital. Neste artigo tratamos de teoria e educação e dos diversos contextos em que se situam os limites do capital, sua historicidade e relações com a vida humana. Outro aspecto de nossa reflexão é a educação no sentido de formação humana. Primeiro, tratamos da historicidade do materialismo histórico; a seguir, apresentamos alguns conceitos fundamentais para a pesquisa em educação; terceiro, trazemos a história do presente e sua relação com o autoritarismo em curso no Brasil; por último sinalizamos os limites sociais do sistema capital, suas contradições e o reconhecimento do espaço dialético dos fenômenos que instauram formas contra hegemônicas de pensamento e de ação.

Palavras-chave: **Teoria. Educação. Capitalismo. Historicidade. Materialismo Histórico.**

ABSTRACT – Theory and Education in the Limits of the Capital. In this article we deal with theory and education and the different contexts in which the limits of capital, its historicity and relations with human life are located. Another aspect of our reflection is education in the sense of human formation. First, we deal with the historicity of historical materialism; secondly, we present some fundamental concepts for educational research; third, we bring the history of the present and its relationship with authoritarianism in Brazil; finally, we point out the social limits of the capital system its contradictions and the recognition of the dialectical space of the phenomena that establish counter-hegemonic forms of thought and action.

Keywords: **Theory. Education. Capitalism. Historicity. Historical Materialism.**

Introdução

Antes se pensava que os humanos eram a forma avançada e progressista (os anjos), e que outros animais eram mais primitivos; hoje tem-se meios de argumentar que o animal que temos dentro de nós é nosso lado nobre, e que a humanidade ou a civilização é o lado sombrio – uma completa reviravolta na imagem vitoriana original (Foley, 2003, p. 59).

O entendimento de teoria e educação nos exige alguma reflexão sobre os diversos contextos em que se situam os limites do capital, sua historicidade e relações com a vida humana. É o que justifica iniciarmos esta página com o pensamento de um biólogo sobre o ser humano porque, além de ser uma questão histórica, o sistema capital é uma questão existencial. Basta olhar sobre o universo das descobertas científicas e tecnológicas do século XX, seus contínuos avanços no século XXI e as consequências desastrosas de muitos de seus experimentos¹.

Não há apenas uma, mas muitas teorias de estudo e explicação da vida nos seus meandros, na luta dos seres humanos pela sobrevivência, pela cultura, pelas suas crenças, pela socialização e a educação que têm uma história secular, como a humanidade, nas formas de conviver, de produzir a vida, de cultivar valores e comportamentos. Mas há uma história mais recente do conjunto das epistemologias que dão base à produção do conhecimento científico, como a física, a química, as ciências sociais e humanas onde brilham a história, a antropologia, a sociologia, inclusive, alimentando a ideia do progresso humano².

Sobre o sistema capital, que é o outro polo desta reflexão, sabemos que tem uma dinâmica própria de produção e reprodução de bens necessários à vida humana. A história pregressa ao modo de produção capitalista mostra uma relação diversificada ao longo do tempo, nos meios de coleta e transformação dos recursos existentes na natureza e nas relações geradas entre os seres humanos. Falar da antiguidade, do feudalismo³ são lugares comuns que nos situam na presente etapa e nos limites possíveis do sistema capital.

O tema nos obriga a um certo *détour* sobre as palavras e seus referentes materiais e simbólicos, ou seja, procurar entender o movimento da história, o tempo-espço dos acontecimentos, a totalidade social com as mediações e contradições que a constituem e contextualizam os objetos, os sujeitos sociais e os fenômenos do universo riquíssimo da existência humana e de sua relação com a natureza. Os conceitos aqui, brevemente, enunciados, são parte da teoria que assumimos para refletir sobre o mundo, a educação e os limites do capital (Frigotto; Ciavatta, 2001).

O que Foley (2003) afirmou em 2003, podemos afirmar dezoito anos depois da publicação do livro, com outras evidências mais. Da ideia de evolução de Darwin, como resultado da seleção natural e da adaptação, “A ideia de progresso está a pouquíssima distância de uma escala de complexidade, de uma classificação de formas avançadas e

primitivas e de uma estrutura evolucionista que se relaciona mais com juízos de valor do que com objetividade científica” (Foley, 2003, p. 60). Os escombros das guerras inventadas ou justificadas por diferenças culturais e religiosas, por disputas territoriais entre as nações e seus povos, produzem a produção e a reprodução do capital em escala crescente. As mudanças climáticas, nos limites de um futuro não muito remoto, ameaçam a rica diversidade da vida bem como a espécie humana. A ideia positivista do desenvolvimento avançado das ciências como progresso da humanidade já não se sustenta no campo das ciências humanas e sociais que estudam o ser humano e suas múltiplas relações.

Um outro aspecto de nossa reflexão sobre o sistema capital e as teorias de sustentação do conhecimento é a educação no sentido de formação humana. Ambos são termos que se referem a uma realidade além da instrução ou treinamento, de processos de formação que podem ser parte da educação, mas aos quais a educação não pode ser subsumida. Esta redução imprópria é muitas vezes advogada pelos empresários e seus intelectuais para o cumprimento de tarefas ligadas à produção industrial, aos serviços, à agricultura mecanizada, ao agronegócio.

Não é apenas na esfera dos empresários que isso ocorre, há toda uma tradição e pensamento metafísico, positivista e apolítico da realidade que ocorre no âmbito de muitas instituições educacionais, empresariais e profissionais. Em muitas gerações de brasileiros, os estudos universitários de filosofia e letras clássicas, além dos autores latinos e gregos, passeavam longamente, pelos autores portugueses e brasileiros. Entre eles, pelos Lusíadas de Camões, onde destaca-se o Velho do Restelo⁴, uma figura ocasional do grande poema, gritando na saída das naves portuguesas. Mas seu brado é mais do que uma figura poética, tem um forte conteúdo político e existencial que pode ser apropriado pelo tempo presente, como mostra o relato de Rocha (2013) sobre a Constituinte.

Lendo as palavras proferidas por Ulisses Guimarães ao proclamar a Constituição Cidadã de 1988, reencontra-se o sentido conservador do alerta expresso na figura do Velho do Restelo e na advertência da velha oligarquia representada pelo Presidente Sarney. Como primeiro presidente civil do Brasil, depois da Ditadura empresarial militar (1964-1985), José Sarney discursa na promulgação da Constituição de 1988:

Há o receio de que alguns dos seus artigos desencorajem a produção, afastem capitais, sejam adversos à iniciativa privada e terminem por induzir ao ócio e à improdutividade. [...] E que o povo, em vez de enriquecer, venha a empobrecer; e possa regredir, em vez de progredir. Em suma: os brasileiros receiam que a Constituição torne o País in-governável (Rocha, 2013, apud Delgado, 2006, p. 315).

Sarney é rebatido no dia seguinte, com uma declaração incisiva de Ulisses Guimarães, também levada ao ar em cadeia nacional de rádio e televisão:

Não ouvimos o *establishment*, encarnado no Velho do Restelo, [...] Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza

a proclamá-la, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo. Viva a Constituição de 1988. Viva a vida que ela vai defender e semear (Delgado, 2006, apud Rocha, 2013, p. 53-54).

A exemplo do Velho do Restelo, sob a regência metafísica e positivista dos estudos, os elementos políticos das obras e dos fatos relatados são escoimados em função de uma pretensa visão neutra, positiva ou religiosa, dependendo do texto, de suas leituras e aprendizados. Estuda-se a fundo os autores, mas sem remetê-los ao contexto que lhes daria o sentido social e o significado do movimento da história, ao qual pertencem o científico, o artístico e o filosófico. Os estudos assim conduzidos ocultam o país, o povo a que pertencem.

Não há inocência nesse olhar. No Brasil, ele guarda posições teóricas que ocultam as formas de produzir a vida, primeiro, a exploração da terra, a escravização de negros trazidos da África, depois, negando a regulamentação de direitos aos trabalhadores livres e aos imigrantes europeus. Oculta-se o desenvolvimento do sistema capital desde os primórdios na Colônia, passando pelo Império, pela Proclamação da República até os dias atuais.

Estas questões iniciais pretendem sinalizar para o universo complexo de ideias e ações em que nos movemos no tema teoria e educação nos limites do capital. Sua base são os cursos e as pesquisas que desenvolvemos sobre a história de trabalho-educação, o uso das imagens fotográficas na pesquisa social, os cursos sobre os conceitos e questões teórico-metodológicas da pesquisa em ciências humanas, sociais, a educação e a sociedade capitalista em que vivemos. No primeiro momento, trataremos da historicidade do materialismo histórico; na segunda seção, apresentaremos alguns conceitos fundamentais para a pesquisa em educação; em terceiro lugar, trazemos a história do presente e sua relação com o autoritarismo em curso no Brasil; na quarta seção, buscaremos sinalizar os limites sociais do sistema capital na história do presente.

A Historicidade do Materialismo Histórico

O materialismo histórico, não é apenas um potente instrumento de análise da realidade em que nos movemos e que, simultaneamente, constituímos com nossas ideias e ações. É também uma teoria de extremo poder perturbador no mundo da produção da vida a partir do século XV quando começa a se constituir o sistema capital (Marx, 1980; 1985). Sua capacidade de manipular o trabalho humano, de gerar riqueza sem limites e pobreza em grande escala é um forte componente de tensão política na vida individual e coletiva.

Como o materialismo histórico, a história e sua própria historicidade podem ser compreendidas em dois sentidos principais inter-relacionados. Primeiro, pela questão do espaço-tempo, onde os seres

humanos se movem, atuam, os fenômenos ganham forma e materialidade, e os acontecimentos ganham significado; segundo, pela compreensão do que seja a história, ciência da memória da humanidade, uma das formas de explicação do que é a aventura de sermos humanos.

Marc Bloch (2001) para quem *o ofício do historiador* começa pelo exame dos acontecimentos do presente, afirma que presente e passado não são coisas simples:

À noção de proximidade não apenas falta precisão – de quantos anos se trata? – como também nos coloca em presença do mais efêmero dos atributos. Embora o momento atual, no sentido mais efêmero do termo, não seja uma perpétua evanescência, a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante (Bloch, 2001, p. 61).

Há uma efemeridade na percepção do tempo que, no entanto, pauta o ritmo da percepção da vida. Outros historiadores, como Prost (2008), falam do ponto de vista de quem escreve a história: “A questão do historiador é formulada do presente em relação ao passado, incidindo sobre as origens, evolução e itinerários no tempo, identificados através das datas. A história faz-se a partir do tempo, um tempo complexo, construído e multifacetado” (Prost, 2008, p. 96). Mas as datas não dão a dimensão espaço-tempo social dos fenômenos, apenas são marcos de acontecimentos que antecedem e sucedem o tempo breve das datas. Estas são marcos assumidos pelo valor simbólico da memória que se quer preservar, a exemplo, no Brasil, a Revolução de 30, o Golpe Empresarial-Militar de 64. Há um tempo antes e um tempo depois de cada data simbólica.

A superação de uma visão metafísica, independente das condições que geram todo e qualquer fato se dá pela compreensão de sua historicidade no tempo-espaço em que os fenômenos ocorrem. O sentido da historicidade do tempo também está ligado à mudança da concepção de um tempo linear, tempo matematizado como é o tempo datado da história dos feitos políticos, do Estado Nação, da sucessão dos acontecimentos e da sua homogeneização pelo tratamento quantitativo dos fenômenos. É o tempo do positivismo, das ciências experimentais, dos métodos de produção do conhecimento que dão suporte às ciências com base na matemática e quantificam a sucessão dos fenômenos.

Mas os acontecimentos sociais não se repetem, são únicos, reiteram os historiadores. Não permitem fragmentar o tempo como se os fenômenos sociais pudessem ser compreendidos partidos em migalhas⁵. “Os fatos humanos são, por essência, fenômenos muito delicados, entre os quais muitos escapam à medida matemática” (Bloch, 2001, p. 54).

Há um aparente pleonasma quando falamos na historicidade do materialismo histórico. Dizemos aparente porque, muito frequentemente, o uso do conceito se resume à questão filosófica do materialismo. Nos termos de Marx (1979), não se trata do materialismo de Feuerbach, nem do idealismo de Hegel⁶, mas da crítica à economia política

que transforma em abstração, em relação nominal, a concretude das relações sociais entre o capital e o trabalho.

O fato de análises acadêmicas realizarem a crítica às relações perversas de exploração do trabalho humano em favor da apropriação privada do capital, não garante o tratamento historicizado do materialismo. O tratamento historicizado dos fenômenos implica a explicitação dos processos sociais complexos que ocorrem em determinado tempo-espaco sob a ação dos sujeitos sociais. Implica a reconstrução histórica que Marx faz, em toda sua obra, através de abundante informação empírica e documental.

Mas a história da apropriação revolucionária do pensamento de Marx pela Revolução Russa de 1917, após a disputa de poder e a vitória de Stalin, sofreu as restrições de qualquer governo autoritário, o silenciamento dos movimentos da sociedade que podem revelar a contestação ao poder e às suas diretrizes. Observamos, em muitas análises do sistema capital, que se detêm na crítica à economia política, mas não explicitam seus elementos históricos, a empiria dos fenômenos estudados no tempo-espaco em que acontecem. De outra parte, críticos do marxismo reduzem o rico pensamento social de Marx ao econômico, reduzem a economia ao econômico, expondo a fratura da ausência da história dos fenômenos econômicos.

A história é a produção social da existência (Marx; Engels, 1979, p. 39): “[...] o pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”. Mas, para viver, é preciso, antes de tudo, comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. A questão é reiterada sob vários aspectos:

Esta concepção de história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo da produção real da vida imediata; em conceber a forma de intercâmbio ligada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como fundamento de toda história, apresentando-a enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência – religião, filosofia, moral etc. – assim como seguir o seu processo de nascimento a partir desses produtos; o que permite, naturalmente, expor a coisa em sua totalidade (e também, por isso mesmo, examinar a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (Marx; Engels, 1979, p. 55).

Nesta obra teórica e em outras, de modo exemplar, em *O capital*, na crítica à economia política (Marx, 1980) e nos eventos históricos narrados no *O 18 Brumário* (Marx, 2011), abre-se uma janela de possibilidades para a compreensão não apenas dos grandes feitos, dos grandes homens, dos príncipes e imperadores, como quer a história tradicional, mas de todos os fenômenos da vida, de todas as classes sociais, das lutas de classe, dos percalços e tragédias de grandes dimensões históricas do desenvolvimento econômico e da ideologia do progresso científico.

Seu pensamento não tem o requinte conceitual e metodológico que os *historiadores de ofício* trouxeram na história, principalmente, a partir do século XX, mas tem a clareza teórica de uma concepção que revela a história social e econômica dos processos e ideologias do mundo capitalista em que vivemos.

Reconhecemos quanto devemos ao desenvolvimento da ciência em termos de conhecimento do planeta Terra, de qualidade de vida, de saúde, de conforto e expansão da consciência, do prazer das viagens e da interação com outros povos e outras culturas. Mas temos que ver seu reverso, a síntese do *progresso* que estamos vivendo: a tragédia das guerras, as mudanças climáticas que ameaçam a sobrevivência da vida no planeta, as imposições econômicas dos países científica e tecnologicamente desenvolvidos aos países empobrecidos pela exploração de suas riquezas por aqueles que os oprimem, vendem armas, fomentam guerras e rejeitam seus migrantes.

Conceitos Fundamentais para a Reconstrução Histórica

A questão inicial é saber como o ser humano acolhe e incorpora em si a realidade, como o sujeito que conhece alcança o objeto que se dá a conhecer. E quais são os caminhos delineados para se chegar à *verdade*, para desnudar o objeto na sua interioridade e nas suas relações. Como toda concepção teórica de conhecimento da realidade, o materialismo histórico abriga alguns conceitos básicos⁷. Neste trabalho, nos limitaremos aos conceitos fundamentais de totalidade, mediação, contradição, particularidade e, complementarmente, às questões conhecimento e verdade, tempo-espaço, história como processo e história como método.

Na produção do conhecimento reconhecido como científico, aceita-se que a explicitação do método e o rigor na sua aplicação conferem ao conhecimento obtido a qualidade de científico ou de verdadeiro. No entanto, o próprio alargamento das fronteiras da ciência e das novas formas do ser humano se relacionar com o mundo tem trazido à luz a complexidade do conhecimento dito verdadeiro e os múltiplos saberes de que é portadora a humanidade na sua história milenar e, em grande parte, desconhecida.

Uma primeira questão diz respeito à aceitação de certos princípios fundadores da própria concepção do conhecimento. Em sua crítica às concepções pós-modernas, Eagleton (1997) considera sob suspeita as normas iluministas e as noções clássicas de “[...] verdade, razão, identidade, objetividade, a ideia de progresso universal ou de emancipação e os grandes sistemas explicativos”. Uma nova concepção de mundo considera-o “[...] contingente, inexplicado, diverso, instável, indeterminado, um conjunto de culturas desunidas e de interpretações variadas, gerando um certo grau de ceticismo sobre a objetividade da verdade, a história, as normas, os dados da natureza e a coerência das identidades” (Eagleton, 1997, p. 11)⁸.

No entanto, este núcleo de negativas é ele próprio produto histórico de mudanças materiais e simbólicas onde tomam forma grandes transformações do capitalismo, marcado pelo efêmero e o descartável, pela sedução da imagem e o paroxismo da velocidade, pelo consumismo, pela indústria cultural, financeira, de serviços e de informação, pela presença das tecnologias em todas as formas de sociabilidade, inclusive no cotidiano dos setores mais pobres, tradicionais ou atrasados em relação ao padrão hegemônico.

Na reconstrução histórica do conhecimento da realidade em que nos movemos, recusamos todo dogmatismo e as concepções evolucionistas da história, assim como uma visão cética, fragmentada, relativista do mundo. Propomos a busca das articulações que explicam os nexos e significados do real e levam à construção de totalidades sociais, determinadas e determinantes de todo objeto de estudo. Neste sentido, a totalidade social construída não é uma racionalização ou modelo explicativo, mas um conjunto dinâmico de relações que passam, necessariamente, pela ação de sujeitos sociais. Nesta concepção, o objeto singular é visto a partir de sua gênese nos processos sociais mais amplos, o que significa compreender a história como processo; e reconstruí-la a partir de uma determinada realidade que é sempre complexa, aberta às transformações sob a ação dos sujeitos sociais, o que significa utilizar a história como método. Mas compreender a história como processo não é apenas uma questão acadêmica ou científica, mas também política, como é a própria questão do conhecimento e da ciência. É Marx quem vai explicitar os elementos políticos e ideológicos da história ao concebê-la como o processo da vida real dos homens e como a ciência desse processo, como o conhecimento de uma matéria e como matéria desse conhecimento, ou ainda, a história como processo vivido, a história como objeto e como método de conhecimento.

Tempo-espaco é uma categoria fundamental na localização dos fenômenos e implica uma nova forma de periodização. Zemelman (1987) fala no trabalho analítico aberto a novas determinações que emergem dos fatos e permitem o reexame da teoria utilizada, que não cabem em modelos, nem têm datas e limites rígidos (Zemelman, 1987). Periodizar não significa simplesmente datar. Periodizar é, também, dividir a história em termos de conteúdos, do resgate dos acontecimentos considerados relevantes e significativos (Odália, 1965). Uma porção de tempo não é apenas uma ordenação arbitrária, é uma determinada porção da história.

Conhecer um objeto na sua historicidade é revelar sua estrutura social, sua totalidade social e as mediações e contradições que o constituem, o que vai além da aparência⁹. Falamos de mediações, dos processos sociais complexos (econômicos, técnicos, políticos, ambientais, científicos etc.), da essência oculta do fenômeno, das múltiplas relações que se estabelecem, relações articuladas que são reconstruídas em nível de conhecimento.

Diferente da variável, a mediação não é um instrumento analítico de medição quantitativa do comportamento de um fenômeno, nem

a busca da relação de causa e efeito, mas, sim, é a especificidade histórica do fenômeno. A mediação situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais (Zemelman, 1987).

A questão teórica das mediações estabelecidas pelas práticas sociais, como outras questões semelhantes, não mereceu tratamento formal, específico em Marx. Ela situa-se no contexto metodológico com que ele construiu sua obra. Toda a obra de *O capital* é um exercício metodológico, partindo do conceito mais simples de mercadoria e chegando aos elementos mais concretos, às suas mediações, como o trabalho assalariado, o capital, a troca, a divisão do trabalho etc., até alcançar à totalidade das relações capitalistas de produção. Encontramos elementos explícitos do método de investigação do materialismo histórico na *Crítica à economia política* e em *O capital*.

O exemplo clássico na crítica da economia política de Marx (1977) é a questão da população: “A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc.” (Marx, 1977, p. 218). A mediação é, assim, a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seus universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na sua contextualização histórica. São as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que permitem a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais (Lukács, 1968).

A História do Presente e o Autoritarismo

A questão do tempo histórico é fundamental quando pensamos sobre o momento de hoje, de ontem e de amanhã. Há uma imbricação de consciência quando nos damos conta dos acontecimentos mais recentes, como chegamos até eles e qual a perspectiva que se desenha mais à frente. Este sentimento se torna mais constante em um mundo pautado pela velocidade da comunicação tanto nos meios de transporte, quanto nos informatizados. As ideias se difundem rapidamente e são quase simultaneamente multiplicadas, contestadas ou substituídas nas mídias sociais. Vivemos em um mundo em movimento acelerado em todas as direções da percepção dos acontecimentos.

Para esta análise, duas questões interessam-nos particularmente: a questão do tempo e a ideia do tempo presente. Sobre a duração do tempo, recorreremos a Braudel (1982) que fala dos tempos múltiplos em que tudo ocorre independente de nossa vontade e conhecimento. Seu grande trabalho sobre a geo-história do Mediterrâneo analisa a longa duração, o tempo secular das estruturas econômicas, a média duração das conjunturas e a breve duração dos acontecimentos:

Todo trabalho histórico decompõe o passado e escolhe as suas realidades cronológicas, segundo preferências e exclusões mais ou menos conscientes. A história tradicional, atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento, habituou-se, desde há muito, à sua narração. É, pois, evidente que existe um tempo breve de todas as formas de vida; tanto econômico, quanto social, literário, institucional, religioso e inclusivamente geográfico (um vendaval, uma tempestade), como político (Braudel, 1982, p. 11).

Braudel (1982) se dirige do “[...] tempo do instantâneo para a longa duração”. Partindo do que “[...] os economistas chamam de tendência secular”, chega à *estrutura*, não no sentido de

[...] *estrutura* de uma organização, uma coerência, relações suficientemente fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura, mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar (Braudel, 1982, p. 14, grifos do autor).

Dialogando com economistas e outros cientistas sociais, Braudel (1982) chega ao tempo médio das conjunturas e aos tempos múltiplos: “E essa história que designamos na nossa linguagem imperfeita pelo nome de história estrutural (*structurale*), opondo-se esta menos a uma história episódica (*évènementielle*) que a uma história conjuntural (*conjuncturelle*) de onda relativamente curtas” (Braudel, 1982, p. 45).

A totalidade social é o contexto da história do presente, dos acontecimentos em curso, que cristalizam, em determinada memória social, a longa duração da estrutura socioeconômica, a média duração das conjunturas, os períodos da história política de governos e governantes, e o tempo breve dos acontecimentos.

A história do presente admite diversas vertentes de aproximação e polêmicas entre os historiadores. Mas, como em qualquer relato histórico, exige-se a crítica das fontes (procedência, autores, confronto com outros documentos). Há que se notar que a história do presente se ressentida da contaminação da ideia de presentismo, no sentido de que a vida é vivida como um presente permanente¹⁰. Afeta a compreensão do tempo que se torna presente, sem memória do passado e sem perspectiva de futuro diante da aceleração do tempo e das tecnologias que têm imprimido um ritmo mais rápido à produção e às relações entre as pessoas.

A gênese da concepção do presentismo pode estar nas grandes transformações do século XX. É o que encontramos em Zygmunt Bauman que trata em seus livros das diversas manifestações de *vida líquida*. Bauman (2007) “[...] chama a atenção para os problemas que a atual condição do sistema capitalista suscita no ser humano hoje, que vive entre a necessidade de se adaptar ao ritmo destrutivo-criativo¹¹ dos mercados e o medo de ficar defasado, tornar-se dispensável” (Bauman, 2007, última capa). Neste mundo de mudanças em ritmo permanente, as realizações individuais se fazem e se desfazem.

Hobsbawm (1995)¹² teria sido o primeiro historiador a chamar a atenção para a forma como a juventude vive uma espécie de presente contínuo: “Quase todos os jovens de hoje nascem em uma espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (Hobsbawm, 1995, p. 13). No Prefácio das primeiras edições de *A era dos extremos. O breve século XX*, Hobsbawm (1995) dá vezo à hipótese de uma leitura da impossibilidade de uma história do presente. Seus argumentos trazem a marca da cultura histórica, legitimidade científica e honestidade na identificação dos limites do historiador, que caracterizam sua obra. Hobsbawm começa afirmando que

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse, porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por meio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores (Hobsbawm, 1995, p. 7).

Mas afirma que seu tempo de vida coincide, na maior parte do tempo, com os fatos de que vai tratar, o que chamou de breve século XX, particularmente, de 1914, início da Primeira Guerra Mundial, a 1989, data do desmonte da União Soviética¹³. E complementa dizendo que não conhece toda a literatura acadêmica publicada sobre o período e as fontes primárias acumuladas por muitos historiadores do período. Considera seu conhecimento sobre o tema *precário e irregular* e aventa que deve ignorar inúmeras questões polêmicas (Hobsbawm, 1995).

Depois expõe outros limites de suas fontes, o fato de ter recorrido “[...] ao conhecimento, às memórias e opiniões acumulados por uma pessoa que viveu como ‘observador participante’”, conhecendo pessoas e lugares, tendo entrevistado presidentes, *estadistas e protagonistas da história*, pessoas que *falam para registro público*. Outras de suas fontes são *informações obtidas junto a colegas, estudantes* e outros interlocutores da elaboração dos temas, além da leitura de trabalhos e acompanhamento de debates.

À medida que o historiador do século XX se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios econômicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governo nacionais e instituições internacionais (Hobsbawm, 1995, p. 9).

Em outra vertente teórica, a ideia de uma juventude presentista é encontrada no sociólogo italiano Alberto Melucci (Melucci, 1996, apud Santos; Khun Jr., 2013, p. 2). Para o autor, o jovem vive uma cultura e constrói sua história ligada apenas ao que vive hoje, um cotidiano sem referências de um tempo, de relações fragmentadas.

O esquecimento, o apagamento da memória tem sido um tema tratado pelos historiadores. Pierre Nora (1984), falando sobre a acele-

ração da história no mundo atual, chama a atenção para o descarte do passado cada vez mais rapidamente. Perde-se a visão da totalidade social que constitui os acontecimentos, há uma ruptura do equilíbrio entre o ritmo da vida e as exigências do mundo exterior.

Luisa Passerini (2006) parte da controvérsia sobre os marcos da contemporaneidade, *o tempo em que se vive*, com o sentido análogo de tempo presente, delimitando diversas temporalidades para a pesquisa histórica. Nas palavras da autora, são períodos demarcados pela subjetividade coletiva. Nota ainda que não é apenas uma questão de tempo, mas também de espaço, “[...] uma dimensão que pertence a esse tempo”. A compreensão dessa relação entre um tempo presente e as experiências vividas remetem à relação entre um passado dado como recente, o presente e sua projeção para um tempo à frente, o futuro.

Roger Chartier (2006) remete o tema às questões próprias de toda a história. Trata-se do “[...] estudo da presença incorporada do passado no presente das sociedades e, logo, na configuração social das classes, dos grupos e das comunidades que as constituem” (Chartier, 2006, p. 217).

Vamos nos deter em olhar para a realidade do Brasil, a partir de 2018, o tempo breve dos acontecimentos e a conjuntura da chegada ao poder de Jair Bolsonaro à Presidência da República, no quadro estrutural do capitalismo na sua versão neoliberal de extrema direita. Se nos detivermos nos arroubos de escárnio autoritário do Presidente, passamos à perplexidade desse acontecimento depois das lutas pelo fim da ditadura empresarial-militar (1964-1985) e da volta ao regime democrático como sistema de governo. O sonho de uma democracia que fosse além da representação parlamentar, que se pautasse pela lei e pela participação popular, foi alimentada face à presença de partidos progressistas de diversos matizes políticos (PDT, PC do B, PSB, PT, PSDB)¹⁴.

Porém, com maior ou menor fidelidade aos princípios declarados, os partidos que tiveram a titularidade do poder presidencial, PSDB e PT, não responderam satisfatoriamente às demandas de sobrevivência digna e de bem-estar da maioria da população, empobrecida por uma história secular de exclusão econômica e social. Ao contrário, não obstante os laivos de nacionalismo e de autonomia, o que acompanhamos foram as políticas neoliberais¹⁵, a aceitação da dependência econômica consentida, articulada a benefícios financeiros, à economia primarizada do agronegócio, da mineração, do desmatamento ilegal, da privatização da educação, do empobrecimento da população¹⁶.

No espaço-tempo presente do autoritarismo do atual governo, identificamos alguns aspectos reiterados na sociedade brasileira: a presença da ideologia militar e de seus princípios básicos de ordem, hierarquia e obediência incondicional dos indivíduos subalternos aos superiores¹⁷. Uma análise fundamentada (Schwarcz, 2019) revela também a naturalização da desigualdade, o mito das três raças irmanadas pela mestiçagem racial, supondo-se um país sem conflitos, informal e igualitário; a inexistência de ódios raciais e de religião; a construção de

narrativas que contrariam a evidência dos fatos. “[...] temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por práticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência” (Schwarcz, 2019, p. 19-24).

Presenciamos o autoritarismo do regime proto-fascista do governo de Jair Bolsonaro (2018-atual). Vivemos a pretensa finitude de um presente contínuo onde são frequentes as alusões ao fascismo. Como ideologia política, o fascismo defende o Estado totalitário, o partido único, o militarismo, a violência, a guerra.

A utilização intensa das mídias sociais para a desqualificação dos governos petistas, com alusões e meias verdades, com *fake news*, conduziram a situações de ira popular nas eleições de 2017, em que aquele que pensava diferente do candidato Bolsonaro tornava-se o inimigo a ser combatido ou abatido¹⁸.

A utilização da mentira como técnica de convencimento e a violência como norma das relações sociais com os oponentes pautaram as eleições. Eleito, o Presidente optou pela utilização do contato direto com a população pelas mídias sociais e encontros matinais no Palácio do Planalto (o *cercadinho* dos jornalistas e os apoiadores do outro lado); ao fomento às aglomerações de apoiadores sem observar os protocolos básicos de proteção diante de uma crescente pandemia (máscaras, distanciamento social). O resultado macabro da virulência da doença, a imprevidência rebelde das pessoas e o mau exemplo modelar da autoridade máxima do país produziram mais de 470 mil mortos (até 7 de junho de 2021)¹⁹ e o dobro ou o triplo de pessoas enlutadas com a perda de seus familiares e amigos.

Some-se a estes comportamentos, a transgressão autocrática dos limites ao arrepio da lei, o desmonte das instâncias coletivas de saúde, educação, cultura, ciência, meio ambiente etc. Este conjunto de comportamentos, discursos e ações remetem, sem esforço, à memória do fascismo de Benito Mussolini, na Itália, durante a Segunda Grande Guerra bem como no período que a antecede (setembro de 1939 a abril de 1945).

Schwartzman (1982) nos ajuda a situar a historicidade do termo *fascista*, de uso frequente, hoje, nos meios de comunicação. O autor entende que “A importância dos conceitos, bem como a teoria política ou qualquer outros, se mede pela riqueza dos fenômenos que eles ajudam a entender ou prever” (Schwartzman, 1982, p. 35). Os melhores conceitos seriam aqueles “[...] que ajudam a dar sentido e significado a um conjunto maior de fatos e processos” (Schwartzman, 1982, p. 35).

Almeida e Toniol (2018) afirmam que conservadorismo, fascismo e fundamentalismo são termos que nos remetem “[...] a casos históricos fundantes, cuja caracterização está diretamente associada a atores específicos, implicados em conjunturas históricas particulares. [...] fonte de um repertório simbólico que, embora lastreado pela história, ultrapassa a especificidade de seus eventos originários” (Almeida; Toniol, 2018, p. 8). Recentemente, Jair Bolsonaro ocupou as vias de grande vi-

sibilidade da cidade do Rio de Janeiro, com o ruído explosivo de potentes motocicletas em uma demonstração de força de seu poder, após ter feito outra manifestação semelhante em Brasília (Zanini, 2021)²⁰. Sua iniciativa assemelha-se a manifestação semelhante registrada em foto de Mussolini, na Itália, durante a ditadura fascista (1925-1943).

Fotografia 01 – Bolsonaro durante *motociata* no Rio de Janeiro



Fonte: Zanini (2021).

O jornalista e professor Fábio Palácio (2021) publicou um artigo acompanhado da foto de Mussolini em sua motocicleta em Roma em 1939²¹.

Fotografia 02 – Benito Mussolini em sua Motocicleta em Roma



Fonte: Palácio (2021).

Em sua análise, Palácio (2021) lembra que “[...] o líder fascista Benito Mussolini promovia passeios semelhantes de moto”. E discorre sobre o simbolismo da máquina no ideário fascista e a relação da política com a estética. As primeiras ideias relacionadas ao fascismo têm origem no manifesto futurista do poeta Filippo Tomaso Marinetti, que teve repercussão em outros países (França, Brasil, Rússia, Portugal) e o apoio de ativistas, poetas e intelectuais nacionalistas. Entre eles, Gabrielle d’Annunzio que levou adiante a ideia de uma cidade multiétnica, Fiume, que se tornaria uma *nova Roma*. A ideia não foi adiante, mas o fascismo se aproximou do futurismo e de sua concepção de modernidade.

Palácio (2021) assim analisa o fascismo:

É um tipo de ideário mecanicista, que tende a ver o futuro do ser humano à luz da metáfora da máquina, em dois sentidos. Primeiro, porque reforça a concepção fascista de ‘sociedade orgânica’. [...] O ser humano é concebido, nessa perspectiva, como autômato a serviço da elevação da raça (Palácio, 2021, p. C6).

Além disso, o que também remete à metáfora da máquina, é uma imagem de força, de potência: “Nessa visão, a tecnologia é concebida como extensão do corpo humano, capaz de torná-lo mais vigoroso. É este o significado que se oculta por trás da ideologia fascista das armas e meios de transporte como o automóvel, o avião... e a motocicleta” (Palácio, 2021, p. C6).

Palácio (2021) aproxima o pensamento de Marinetti das motocicletas que surgem em filmes de caráter distópico:

Neles, as motocicletas surgem não como meios de transporte, mas como armas, artefatos que ampliam o potencial belicoso do ser humano. ‘A guerra é bela porque realiza, pela primeira vez, o sonho de um homem com o corpo metálico’ diz Marinetti em seu manifesto apologético. A adesão às ideias futuristas assumiu feição diferente de acordo com os países²². Mas, enquanto na Itália, ‘se inclinou em direção ao fascismo, na Rússia, outra abordagem se construiu, em aliança com o movimento socialista’ (Palácio, 2021, p. C6).

Mussolini tem sua origem política no socialismo. Mas teve uma carreira marcante de homem de ação e de pensamento que oscilou sempre entre a esquerda e a direita. A análise de Juan Carlos Mariátegui (1925) distancia Bolsonaro da origem socialista de Mussolini e do perfil das condições econômicas e políticas da Itália naquele momento, mas o aproxima da retórica e das técnicas de mobilização fascistas:

Observemos um fato psicológico e fisionômico: Mussolini nunca foi um cerebral, mas antes um sentimentalista. Na política, na imprensa, ele não foi um teórico ou um filósofo, mas um retórico e um líder. [...] O programa do fascismo é confuso, contraditório, heterogêneo: contém,

misturado, *pele-méle*, conceitos liberais e conceitos sindicalistas. Melhor dizendo, Mussolini não ditou um verdadeiro programa para o fascismo; ditou um plano de ação²³ (Mariátegui, 1925, p. 5, tradução da autora).

A comparação dos dois governantes não é simples, tem convergências na violência, na organização militarista, no populismo enquanto se dirige diretamente às massas e recusa-se a seguir os protocolos de um regime democrático. Bolsonaro, ao curvar-se à troca de vantagens como o *centrão* negocia seus interesses pessoais e familiares com o grupo de parlamentares que, por tradição, busca vantagens políticas e orçamentárias.

Historicamente, as ideias não se transplantam de um lugar para outro, mas elas podem ganhar universalidade entrando em sintonia com a cultura ou interesses de outros países ou personalidades. Em artigo sobre o *Fascismo à brasileira*, para André Singer et al. (2020), haveria uma *estrutura das paixões* sob as características do fascismo que remetem a Robert Paxton: “[...] o culto à violência e ao militarismo; a crença de que a salvação da pátria requer a eliminação dos inimigos internos por meio da mobilização permanente [...]” (Paxton apud Singer et al., 2020, p. B16).

Teoria e Educação e os Limites do Capital

As teorias, a prática, as experiências e as relações com os outros nos ajudam a entender o mundo em que vivemos. E este, de modo hegemônico no planeta, no século XXI, é o modo capitalista de produção, o sistema capital. As normas, valores, comportamentos e conhecimentos fazem parte dos processos educativos e são parte do mundo em que produzimos nossas vidas.

Falamos aqui da educação como formação humana. Neidson Rodrigues (1999) vincula a educação à ação formadora do ser humano, e esse vínculo se concretiza na sua historicidade. Afasta, pois toda definição genérica dos fins da educação, da sua redução à cidadania (liberal) para incluir as condições de vida em que a educação ocorre. No processo educacional, transpõem-se os limites da natureza, a exemplo dos conhecimentos científico-tecnológicos e culturais da humanidade.

Saviani e Duarte (2010), ao tratarem da formação humana, remetem a Marx, para quem, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*:

[...] a formação humana é analisada na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um ser social. O que faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assegura a vida de uma espécie (Saviani; Duarte, 2010, p. 5).

Mas vivemos processos regressivos na sociedade, na política, na cultura, na educação. Eles começam, após o golpe que culminou no *im-*

peachment da Presidenta Dilma Rousseff, com o governo Michel Temer (2016-2017) e continuaram, principalmente, com o contingenciamento e os cortes de recursos para as instituições públicas, no governo de Jair Bolsonaro. São extremamente nefastos os efeitos da EC-n. 95/2016. Congelaram-se, por vinte anos, os investimentos nas áreas sociais. Seguiram-se as reformas educacionais e trabalhistas, cancelando direitos conquistados ao longo dos séculos XX e XXI²⁴.

Instauraram-se políticas negacionistas, moralistas e racistas; procedeu-se ao desmonte das instituições coletivas de suporte à democracia; à dispersão e ao contingenciamento de recursos para a saúde, a cultura, a educação; são constantes as ameaças às instituições educacionais públicas, particularmente, as universidades; contrariando normas e artigos de lei e normas da administração pública ambiental, permitiu-se o desmatamento das florestas e ataques aos povos indígenas, de forma consentida e estimulada pelas autoridades que têm por função protegê-los. Convivemos com o escárnio presidencial às vítimas do Covid; com o tratamento ofensivo aos jornalistas; com o discurso de palavreado chulo ao vivo e nas mídias sociais, com uma política negacionista na compra de vacinas e de providências hospitalares, desde o anúncio da pandemia nos primeiros meses de 2020.

As reformas avançam sombrias, de volta ao passado; fazem-se abertamente a favor da acumulação do capital, da precarização do trabalho, da privatização e em prejuízo da população trabalhadora. São avanços do capital na sua faina incessante de acumulação e reprodução sob o jogo da economia financeira.

Os limites do capital estão, primordialmente, na impossibilidade que o sistema tem de negar sua forma própria de ser, um modo de produzir mercadorias, gerando um excedente de valor, a mais-valia, pela exploração do trabalho humano. Ou, em outros termos, o trabalhador recebe apenas uma parte do valor gerado pelo trabalho, e o dono do capital beneficia-se com esse excedente para fins de produção (matérias primas, equipamentos etc.) e reprodução do capital de apropriação privada.

Nos termos de Marx (1980, p. 584): “A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital”. Por isso, não bata produzir, o trabalhador deve ser produtivo, produzir o máximo em menor tempo e servir à expansão do capital. Há duas formas de aumentar a produtividade ou a extração da mais-valia, a absoluta e a relativa:

[...] A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho, além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse valor excedente. Ela constitui o fundamento da produção capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa (Marx, 1980, p. 586).

A mais-valia relativa é também extração de mais-valia absoluta, mas consiste na redução do tempo de trabalho pela introdução de máquinas e equipamentos, organização do trabalho (taylorismo, fordismo, toyotismo), recursos da informática, *home office* (poupa-se os custos de prédios, serviços de limpeza, luz, telefone, além do tempo e gastos de despesas de transporte dos empregados). Obtém-se maior produtividade na mesma duração do tempo de trabalho ou em menor tempo pela intensificação do trabalho.

As chamadas crises do capital nada mais são do que crises do processo de acumulação, pela tendência decrescente da taxa de lucro do capital, como consequência de ciclos econômicos ou do declínio das atividades. Trata-se de um equilíbrio delicado. Bottomore (1988) prevê que

Qualquer distúrbio ou rompimento da atividade econômica pode ramificar-se potencialmente através de todo o sistema. A falência de uma grande firma ou banco, por exemplo, tem implicações para numerosas empresas aparentemente saudáveis, para comunidades inteiras e, por conseguinte, para a estabilidade política (Bottomore, 1988, p. 84).

São estes os grandes traços do que vivemos hoje. O que parece ser uma sucessão de crises econômicas é mais uma crise social em toda sua extensão, porque se trata das formas de produzir a vida no mundo real, nos meios de vida da população. Referimo-nos à crise do trabalho, do emprego e à precarização dos vínculos laborais; ao imperialismo dos países desenvolvidos junto aos países periféricos ao núcleo orgânico do capital; à hegemonia do mercado em detrimento da vida dos seres humanos e do planeta; à ideologia do consumo e seus efeitos de compensação e apaziguamento das tensões sociais com o apoio da mídia; às perspectivas de incerteza do futuro para a juventude²⁵; às expressões contundentes da *nova* direita²⁶. Serão estes limites do capital? As evidências vão no sentido oposto, são de apoio dos grandes empresários e de lucros crescentes dos bancos privados.

No entanto, também são reais as transformações sociais de destruição e de reconstrução da vida dos povos. A contradição não é um conceito abstrato, é o movimento permanente de transformação de tudo que existe na natureza, incluindo os seres humanos. Até as grandes catástrofes, se não são movimentos dos fenômenos naturais, são as guerras e a destruição promovidas pelos humanos. Do ponto de vista teórico, do materialismo histórico, se não são evidentes, são plausíveis as contradições do capital e seus limites no médio e longo prazo, se o planeta sobreviver aos ataques a seus limites.

David Harvey (2016) escreveu sobre *17 contradições e o fim do capitalismo*. Cita o conceito aristotélico de contradição. Mas entende que a contradição “[...] acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (Harvey, 2016, p. 15). Para o autor (2016, p. 17) “Cri-

ses são momentos de transformação em que o capital tipicamente se reinventa e se transforma em outra coisa”.

Marx (1980) remete o termo à dialética hegeliana e utiliza-o em vários momentos de *O capital*, sempre em relação com problemas concretos de sua teoria; mercadoria, salário, trabalho, produção, a vida dos trabalhadores, a exemplo de:

Ao arruinar a pequena indústria e o trabalho a domicílio, [o capital] destrói os últimos refúgios dos trabalhadores supérfluos e, portanto, a válvula de segurança que até agora tem preservado todo o mecanismo social. Ao favorecer as condições naturais e as combinações sociais do processo de produção, aguça as contradições e os antagonismos da forma capitalista de produção, amadurecendo, ao mesmo tempo, os elementos formadores de uma sociedade nova e os destruidores da sociedade antiga (Marx, 1980, p. 575).

Vivemos hoje, à beira de um mundo da distopia, mas que é real. Não obstante, subsistem algumas controvertidas políticas de Estado e programas sociais para as classes de baixa renda; buscam-se espaços de disputa de políticas educacionais, de ciência e tecnologia; são reconhecidos os avanços na formação dos quadros técnicos e científicos que resistem ao desvario governamental; produzem-se pesquisas e serviços para atender a alguns dos diversos problemas que afligem a população brasileira; e cabe reconhecer o espaço dialético dos fenômenos que instauram formas contra hegemônicas de pensamento e de ação.

Recebido em 15 de maio de 2021
Aprovado em 20 de julho de 2021

Notas

- 1 Os indicadores de guerras químicas, de agrotóxicos na alimentação e seu maior impacto no mundo contemporâneo, as bombas atômicas utilizadas pelos EUA na Segunda Grande Guerra, em 1945.
- 2 A ideia de progresso, que não discutiremos neste trabalho, tem a ver com a expectativa gerada pela Revolução Industrial e pelo Iluminismo (séculos XVIII e XIX), contestando as ideias religiosas medievais, defendendo que o conhecimento humano e os avanços das ciências levariam a humanidade à modernização, à liberdade, a melhores condições de vida. Entre os filósofos, a doutrina positivista de Augusto Comte foi sua elaboração mais expressiva.
- 3 Para maior detalhamento, ver Marx (1980); Heilbroner (1984); Sociedades (2012).
- 4 “No episódio, narra-se a partida de Vasco da Gama aos mares (a saída do porto, ainda em Portugal). Um ancião (o Velho do Restelo) põe-se então a acoimar as viagens e os ocupantes das naus, sob o argumento de que os temerários navegadores, movidos pela cobiça de fama, glória e riquezas, procuravam desastre para si mesmos e para o povo português”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Velho_do_Restelo>. Acesso em: maio 2021.
- 5 Segundo François Dosse (1992, p.190), apesar dos investimentos sobre outras linhas de pesquisa, a *École des Annales* introduziu a fragmentação dos objetos,

- cujos aspectos são vistos isoladamente. Na história serial [quantitativa], “[...] a seriação do campo histórico tem por efeito dar a cada objeto independência em relação aos outros elementos do real. Desprendido das contingências do concreto, o objeto levanta voo, existe em si, recobrando as outras dimensões do real”.
- 6 “O principal defeito de todo materialismo (incluído o de Feuerbach) consiste em que o objeto, a realidade, a sensibilidade, só é apreendido sob a forma de objeto ou intuição, mas não como atividade humana sensível, com práxis, não subjetivamente. Eis porque, em oposição ao materialismo, o aspecto ativo foi desenvolvido de maneira abstrata pelo idealismo, que, naturalmente, desconhece a atividade real, sensível, como tal” (Marx, 1979, p.11).
- 7 Esta seção tem por base Ciavatta (2001).
- 8 Sobre história e verdade, ver Fontes (2001).
- 9 Sobre essência e aparência na construção do objeto, ver Kosik (1976).
- 10 O tratamento desta questão tem por base Ciavatta (2013).
- 11 Mészáros (1996) chama esse fenômeno do mundo capitalista atual de *produção destrutiva*.
- 12 Até onde podemos pesquisar, Hobsbawn, publicou, no Brasil, em 1995, e em 1994, na Europa.
- 13 Muitos autores escreveram sobre o desmonte da URSS. Entre eles, Blackburn (1992); Kurz (1992).
- 14 As siglas são respectivamente: Partido Democrático Trabalhista, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, Partido da Social Democracia Brasileira.
- 15 Nos anos 1990 e 2000, foram abundantes as publicações com a elucidação e a crítica às novas roupagens neoliberais do capitalismo. Já estavam então presentes as questões tormentosas dos dias de hoje: a *nova* direita, a decadência da democracia, os interesses antinacionais, a privatização, a modernização, a retórica e os *ajustes* conservadores, a educação corporativa, entre outros, ver Sodré (1995), Gentili (1995), Fiori (2001).
- 16 Não cabe, nos objetivos deste texto, o detalhamento dessas questões, mas algumas matérias jornalísticas sinalizam os problemas: Setti (2021); Cucolo (2021); Zarur (2021).
- 17 Alguns exemplos sinalizam como tem tomado forma no atual governo; preenchimento de centenas de postos da estrutura civil de governo por militares; demissão de ministros que discordaram das orientações presidenciais em matérias de saúde, fundamentadas na ciência.
- 18 Fizemos detalhada exposição de alguns fatos da intolerância e violência no período (Ciavatta, 2021).
- 19 Em boletim divulgado nesta segunda-feira (07/06/2021), o Ministério da Saúde informou que o Brasil registrou 1.010 novas mortes provocadas pela covid-19 entre ontem e hoje. Desde o começo da pandemia, houve 474.414 óbitos causados pela doença em todo o país. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/07/covid-19-coronavirus-casos-mortes-07-de-junho.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: jun. 2021.
- 20 “Jair Bolsonaro acena durante a ‘motociata’ com apoiadores no Rio de Janeiro, no último dia 23. André Borges – 23 maio 2021/AFP” (Zanini, 2021, p. A6).

- 21 “Benito Mussolini em sua motocicleta, em Roma. 8.mar.39 – Keystone Pictures USA/Alamy/Fotoarena” (Palácio, 2021, p. C6).
- 22 No Brasil, repercutiu no poeta Augusto de Campos; em Portugal, em Fernando Pessoa; na Rússia, em Maiakovsky.
- 23 No original (Mariátegui, 1925, p.5): Observemos un dato psicológico y fisonómico: Mussolini no há sido nunca un cerebral, sino más bien un sentimental. En la política, en la prensa, no ha sido un teórico ni un filósofo sino un retórico y un conductor. El programa del fascismo es confuso, contradictorio, heterogéneo: contiene, mezclados *péle-méle*, conceptos liberales y conceptos sindicalistas. Mejor dicho, Mussolini no le ha dictado al fascismo un verdadero programa; le ha dictado un plan de acción.
- 24 O contexto das reformas e seu detalhamento, entre outros, ver Ciavatta (2019).
- 25 Ver Ciavatta (2013).
- 26 Ver Santos; Tanschei (2019).

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Org.). **Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2018.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BLACKBURN, Robin. **Depois da Queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 (EC-n. 95/2016). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: jun. 2021.
- BRAUDEL, Ferdinand. A longa duração. In: BRAUDEL, Ferdinand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1982.
- CHARTIER, Roger. A Visão do Historiador Modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CIAVATTA, Maria. O Conhecimento Histórico e o Problema Teórico Metodológico das Mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CIAVATTA, Maria. A História do Presente – uma opção teórica marxista para a pesquisa em trabalho e educação? SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO GRUPO THESE – projetos integrados de pesquisas em trabalho, história, educação e saúde, 7., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF-UERJ-EPSJV-Fiocruz, 09 dez. 2013.
- CIAVATTA, Maria. Políticas e História da Educação Profissional: onde estamos, como chegamos e para onde vamos? **Cadernos de Pesquisa**, Maranhão, v. 26, n. 4, p. 30-44, out./dez. 2019.

- CIAVATTA, Maria. O Projeto Industrialista dos Empresários no Governo Vargas. A fotografia como fonte histórica de trabalho-educação. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-27, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660288>>. Acesso em: maio de 2021.
- CUCOLO, Eduardo. Rico Ganha 39 Vezes o Salário dos Mais Pobres em Regiões Metropolitanas. **Jornal Folha de São Paulo**, versão impressa, seção mercado, 05 maio 2021.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos annales à nova história. Campinas: Edit. Unicamp, 1992.
- EAGLETON, Terry. **Las Ilusiones del Posmodernismo**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
- FIORI, José Luís. **60 Lições dos 90**. Uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FOLEY, Robert. **Os Humanos Antes da Humanidade**. Uma perspectiva evolucionista. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.
- FONTES, Virgínia. História e Verdade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HEILBRONER, Robert. **A Formação da Sociedade Econômica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização**. Da derrocada do socialismo de catedral à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1992.
- LUKÁCS, Gyorgy. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, n. 4, p. 1-18, 1978.
- MARIÁTEGUI, Juan Carlos. **La Escena Contemporánea**. Biología del fascismo. Mussolini y el fascismo. Lima, Peru: Editorial Minerva, 1925. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mariateg/1925/escena/index.htm>>. Acesso em: jun. 2021.
- MARX, Karl. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Lisboa: Estampa, 1977.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

- MÉSZÁROS, Istvan. **Produção Destrutiva e Estado Capitalista**. São Paulo: Editora Ensaio, 1996.
- NORA, Pierre. Entre Mémoire et Histoire: la problematique des lieux. In: NORA, Pierre. **Les lieux de memoire: la République**. Paris: Gallimard, 1984.
- ODALIA, Nilo. O Tempo e a História. Tempo brasileiro. **Revista de Cultura**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 53-70, 1965.
- PALÁCIO, Fábio. O Fascista da Motocicleta. **Jornal Folha de São Paulo**, versão impressa, p.C5, 30 maio 2021.
- PASSERINI, Luisa. A 'Lacuna' do Presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ROCHA, Antônio. Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à democratização. **Lua Nova**, n. 88, p. 29-87, 2013.
- RODRIGUES, Neidson. **Elogio à Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, Fabiano; TANSCHER, Talita. Quando Velhos Atores Saem de Cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Colombia International**, Open access journal, Issue 99, p. 151-186, jul./sep. 2019. Disponível em: <<https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/colombiaint99.2019.06>>. Acesso em: jun. 2021.
- SANTOS, Juliana; KUHN JÚNIOR, Norberto. O Presentismo e a Instantaneidade na Temporalidade Juvenil: a juventude contemporânea, suas experiências e relações com o tempo para a construção de sua história. Disponível em: <www.ged.feevale.br/bibvirtual/Artigo/ArtigoJulianaValquiria.pdf>. Acesso em: dez. 2013.
- SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A Formação Humana na Perspectiva Histórico-Ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010.
- SCHWARCZ, Lilian. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARTZMAN, Simon et al. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- SETTI, Renan. Acionistas por Trás da Lousa. Grupos empresariais vão à compra de escolas, um mercado de 80 bi. **Jornal O Globo**, versão impressa, seção Economia, domingo, 25 abril 2021.
- SINGER, André et al. Fascismo à Brasileira. **Jornal Folha de São Paulo**, versão impressa, p. B16-B17, domingo, 24 junho 2020.
- SOCIEDADES pré-capitalistas. **História & Luta de Classes**, v. 8, n. 14, p. 81, 2012.
- SODRÉ, Nelson. **A Farsa do Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1995.
- ZANINI, Fábio. Novos Atos Não Serão Resposta ao da Esquerda, Dizem Bolsonaristas. **Jornal Folha de São Paulo**, versão impressa, p. A6, 01 junho 2021.
- ZARUR, Camila. Degradação em Terra Indígena Aumenta 363% em dois Anos. **Jornal O Globo**, versão impressa, p. 19, 30 maio 2021.
- ZEMELMAN, Hugo. **Uso Crítico de la Teoria**. En torno a las funciones de la mediación. México, UNU/El Colegio de México, 1987.

Maria Ciavatta é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1990). Fez pós-doutorado em Sociologia do Trabalho em El Colegio de México (1994-95), na Università degli Studi di Bologna, Itália (1995-96) e no Departamento de Filosofia da La Sapienza Università di Roma, Itália (2017). Professora titular em Trabalho e Educação pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, associada ao Programa de Pós-graduação em Educação – Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5854-6063>

E-mail: maria.ciavatta@gmail.com

Editora-responsável: Carla Vasques

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos de uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Disponível em: <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>>.